



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639923 - PE (2021/0012131-5)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : EDGLEY MARCIO ALVES DA SILVA
ADVOGADO : EDGLEY MARCIO ALVES DA SILVA - PE044827
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : INGRID STEFANE NASCIMENTO DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de INGRID STEFANE NASCIMENTO DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (*Habeas Corpus* n. 18740-26.2020.8.17.9000).

A paciente encontra-se presa preventivamente pela prática em tese do crime previsto no art. 312 do Código Penal, com fundamento na necessidade de paralisar a atividade delitiva, garantindo-se a ordem pública e assegurando-se a instrução criminal.

O impetrante sustenta a necessidade de colocar a paciente em prisão domiciliar, nos termos do art. 318 do Código de Processo Penal, uma vez que é mãe de criança com menos de 12 anos de idade. Alega que o crime imputado à paciente não foi cometido com grave ameaça nem com violência e que a referida norma processual penal não exige a demonstração de que a mãe seja imprescindível para os cuidados da criança, sendo suficiente a prova da maternidade.

Requer, liminarmente, a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que se confirme a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO.

1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “*Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.*”

Entretanto, a aplicação do referido verbete pode ser afastada quando ficar caracterizado constrangimento ilegal manifesto.

Conforme o art. 318 do Código de Processo Penal, o juiz poderá substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando, entre outras hipóteses, a agente for gestante ou mulher com filho de até 12 anos de idade incompletos ou portador de deficiência.

Embora as hipóteses de substituição da prisão preventiva pela domiciliar estejam previstas no referido dispositivo legal, o Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que, em regra, a benesse deverá ser concedida a todas as mulheres presas na condição de gestantes, puérperas, mães de crianças ou mães de pessoas com deficiência. Apenas excepcionalmente não deve ser autorizada a prisão domiciliar: a) se a mulher tiver praticado o crime mediante violência ou grave ameaça; b) se a mulher tiver praticado o crime contra seus descendentes; ou c) em outras situações excepcionálssimas, devidamente fundamentadas (HC n. 143.641/SP, relator Ministro Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, DJe de 9/10/2018).

Com o advento da Lei n. 13.769/2018, positivou-se, em parte, mencionada orientação jurisprudencial, com a inclusão dos arts. 318-A e 318-B no Código de Processo Penal.

No caso, em análise sumária, verifica-se que não houve comprovação de que a paciente detém a guarda da criança e nem de que é imprescindível para os seus cuidados, tendo o desembargador relator asseverado o seguinte na decisão de indeferimento da medida liminar (e-STJ fl. 18):

Da análise preliminar dos autos, verifico que não restou demonstrada a plausibilidade do direito alegado, bem como a presença dos requisitos necessários à concessão do provimento urgente pleiteado.

A cognição que se faz por ocasião do exame de pedido liminar é sumária. O exame detido e aprofundado do presente Habeas Corpus só poderá ser efetuado após as informações da autoridade coatora.

Assim, em princípio, não foram apontados elementos capazes de justificar a substituição da medida extrema por prisão domiciliar, razão pela qual não visualizo manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação da Súmula n. 691/STF.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência